

15^a

CONFERÊNCIA NACIONAL DE





Eixo Temático – Financiamento do SUS

Eixo 4

Financiamento do SUS e Relação Público-Privado



Eixo Temático – Financiamento do SUS

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) organiza neste ano a 15ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”.

Para o debate em torno do eixo 3, é preciso considerar que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes a oferecer um sistema universal de saúde.



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Sobre o financiamento do SUS e o papel dos serviços privados, o Conselho lança ao debate as seguintes diretrizes na 15ª Conferência:

- **Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento dos três níveis de governo e os processos de transferência de recursos**
- **Aprimorar o marco regulatório da saúde suplementar, garantindo o acesso e a qualidade na atenção à saúde e os direitos do cidadão/usuário.**



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Nos últimos anos, houve um aumento significativo dos aportes dos municípios ao SUS, que vêm aplicando a média de 22% do orçamento – acima do piso de 15%.

Já os estados aplicam os 12% constitucionais.

E a União vem cumprindo a regra de investir o valor aplicado no ano anterior acrescido da variação nominal do PIB – com isso, cumpre apenas o mínimo constitucional exigido.



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Desde o ano 2000, a bandeira por mais recursos tem sido a aplicação de um mínimo de 10% das receitas correntes brutas federais na área da saúde.

Como essa meta não foi incorporada na Lei Complementar 141/2012, foi lançado em março de 2012, o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública (Saúde + 10).



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Em 5 de agosto de 2013, o Movimento levou ao Congresso mais de 2,2 milhões de assinaturas em favor de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que assegurava o repasse efetivo e integral dos 10%.

Ao invés de acatar essa proposta, os congressistas aprovaram Emenda Constitucional 86/2015, que impõe no orçamento as emendas parlamentares, destinando 50% delas para o financiamento da saúde.



Eixo Temático – Financiamento do SUS

O orçamento impositivo também revogou a destinação para a saúde de 25% dos recursos do Pré-Sal e escalonou em cinco anos o alcance do percentual de 15% dos recursos da União, iniciando com uma aplicação de 13,2% a partir de 2016.

Num cenário de queda na arrecadação federal, o resultado dessas novas regras ainda é incerto.

O Movimento Saúde+10 permanece na luta em defesa 10%, mas também cogita a alternativa de um valor equivalente de novas fontes de recursos, como: a taxação das grandes fortunas, revisão das renúncias fiscais e Justiça Tributária.



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Na estimativa para 2016, a renúncia fiscal em favor de contribuintes com saúde privada atingirá R\$ 12,2 bilhões.

Além disso, o poder público financia planos de saúde exclusivos para servidores dos três poderes da República.

Vistas sob a ótica da ética pública e justiça social, essas políticas reproduzem as desigualdades sociais;

É justo que 75% da população que depende exclusivamente do SUS contribua com o fomento de empresas privadas que têm como objetivo o lucro?



Eixo Temático – Financiamento do SUS

O Conselho Nacional considera que o setor privado que atua na saúde, em especial seguros e planos, desempenha um serviço de relevância pública (art. 197 da Constituição) e, por isso, deve ser objeto de maior intervenção do Estado.

Esta é uma das razões que levou o Conselho a se posicionar contra o artigo 142 da Lei 13.097/2015, que permite a entrada de capital estrangeiro na assistência à saúde no Brasil.

Ao estimular o consumo individual de planos privados, a lei rompe com os preceitos do acesso universal como direito de todos e dever do Estado.



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Para este eixo temático, o Conselho aponta as seguintes propostas:

- **Reafirmar a saúde como direito universal e integral e dever do Estado, destinando 10% das receitas correntes brutas da União ou equivalente; assegurando financiamento estável com definição de novas fontes de financiamento; e priorizando o investimento na atenção primária e nas ações de serviços públicos**



Eixo Temático – Financiamento do SUS

- **Acabar com a Desvinculação das Receitas da União (DRU) para o orçamento da seguridade social, em especial para o setor da saúde**
- **Melhorar o padrão de gasto, observar os critérios de rateio dos recursos da União para os estados e dos estados para os municípios na forma da LC nº 141/2012**
- **Defender a suspensão do efeito da lei que autoriza a entrada de capital estrangeiro na assistência à saúde**



Eixo Temático – Financiamento do SUS

- Defender a eliminação absoluta dos subsídios públicos ao mercado de planos e seguros privados de saúde e de insumos, bem como o aprimoramento da cobrança do ressarcimento ao SUS dos serviços prestados aos usuários da saúde suplementar
- Posicionar-se contrário aos efeitos da EC nº 86/2015, por possibilitar a redução do financiamento da saúde pela União



Eixo Temático – Financiamento do SUS

- **Eliminar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para despesa com pessoal na saúde e, ao mesmo tempo, apoiar o PL nº 251/2005 que amplia a possibilidade de gastos com pessoal para o setor saúde (Manifesto da 19ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades e Movimentos Sociais e Populares, abril de 2015) .**
- **Apoiar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os planos de saúde.**



Eixo Temático – Financiamento do SUS

- Regular de forma compatível com o bem protegido – a saúde humana – o setor privado que atua na área da saúde, enfrentando temas relevantes como as coberturas contratadas; o reajuste de preços dos planos e seguros; os conteúdos essenciais dos contratos; os subsídios públicos; a proibição, com penalização, de práticas como a “dupla porta”; a relação dos entes federativos com os hospitais universitários; a vedação da existência de planos de saúde para servidores e agentes públicos pagos com recursos públicos



Eixo Temático – Financiamento do SUS

- Defender o fim dos subsídios públicos e da renúncia fiscal aos planos privados de saúde
- Revogar o art. 142 da Lei nº 13.016/2015, que permite a entrada do capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde
- Posicionar-se contrário à PEC nº 451/2014, que pretende tornar obrigatória a garantia de plano de saúde para o trabalhador do mercado formal



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Perguntas geradoras para o Grupo de Trabalho Financiamento do SUS e Relação Público-Privado:

- Como as responsabilidades atribuídas pela Lei 41/2012 à gestão do SUS e aos Conselhos de Saúde têm sido cumpridas pelo seu governo local?
- 2. Que lutas e propostas pelo financiamento do SUS têm sido organizadas e realizadas junto ao seu governo local?



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Estes são os tópicos sugeridos inicialmente neste grupo de trabalho.

Bom debate!



Eixo Temático – Financiamento do SUS

Avançar na reforma sanitária e superar o abismo entre o direito formal e o direito real são deveres do Estado que não podem mais ser postergados.

15^a

CONFERÊNCIA NACIONAL DE



**SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS.
DIREITO DO POVO BRASILEIRO.**